desafetação do bem não significa que terá uma destinação contrária, é um processo administrativo com manifestação das áreas envolvidas. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, complementa que, como Coordenador da OUCAB, está preparando um documento que será enviado ao CGPATRI com justificativa técnica solicitando a não autorização de concessão das áreas por estarem compromissadas com a OUCAB e isso inclui a área autorizada por decreto a escola de samba Vai-Vai. **Sra. Maria Elena Ferreira da Silva**, representante da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste, parabeniza o Sr. José Armênio pelo posicionamento com relação as áreas do Subsetor A1 e solicita acompanhamento do Grupo Gestor ao encaminhamento que esse documento será dado para que a comunidade se manifeste junto ao Sr. Prefeito. Dando sequência a apresentação, **Sr. Daniel Wasem Quesada** retoma a apresentação feita na reunião anterior do Grupo de Gestão, onde discorreu que embora a lei que concedeu "permissão de uso" para escolas de samba, preveja um período mínimo de 40 anos, a prefeitura tem um entendimento, com fundamento na Lei Orgânica do Município, que permissões de uso tem prazo indeterminado, é de natureza precária podendo ser revogada a qualquer momento. Por mais que a lei tenha previsto a inclusão da escola de samba Vai-Vai no rol de terrenos que seriam objeto de permissão por 40 anos, a permissão de uso não sairia por 40 anos. Informa que a mudança que se dá com o PL 282/21 aprovado, é a alteração do "caput" do artigo 15 da Lei Municipal 17.245/19 de permissão de uso para concessão administrativa dos terrenos, que podem ter prazo determinado. Justifica que por isso, a manifestação que está sendo elaborada pelo Sr. José Armênio sobre o terreno de servidão pública ante o rio Tietê também vai incluir a Vai-Vai, a Mancha Verde etc. para que se entenda que uma concessão de uso por 40 anos ao invés de uma permissão de uso por prazo indeterminado tem um impacto grande no plano urbanístico do Subsetor A1. **Sra. Jupira Cauhy**, solicita esclarecimentos sobre a concessão de uso dada a escola de samba Águia de Ouro que ocupa área do Subsetor A1 como um CDC - Clube da Comunidade, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEME. Manifesta preocupação com o local a ser cedido a Vai-Vai em uma área pública onde funciona um galpão de reciclagem de resíduos sólidos da cidade de São Paulo. Reitera o posicionamento das/os representantes da sociedade civil de que essas áreas públicas para as quais existem projetos previstos na Lei da OUCAB não devem ser cedidas sob nenhuma hipótese e entende que a gestão da OUCAB pela SMUL e SP Urbanismo deve ser feita da área inteira e não aos poucos como vem sendo feito. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, reitera sua posição com relação a manifestação pública ao CGPATRI se opondo a concessão das áreas as escolas de samba. Segue apresentando mapa apontando os locais destinados a operação urbana e as escolas de samba. Tendo sido alcançada a duração de duas horas prevista no Regimento Interno do GGOUCAB, **Sr. André Gonçalves dos Ramos** consulta os presentes sobre a possibilidade de continuidade da reunião, para concluir a pauta. Não havendo manifestações em contrário. **Sra. Bruna Maria de R. F. Almansa Lopes**, representante da SPUrbanismo, esclarece no mapa apresentado a área destinada pelo decreto para a escola de samba Vai-Vai e a área atualmente ocupada pela escola de samba Águia de Ouro. Seguindo a apresentação dos informes, **Sr. Marc Zablith**, Assessor da Gerência Jurídica da SPUrbanismo, informa que na década de 80 foram cedidas as áreas para o CT do São Paulo Futebol Clube e o CT da Sociedade Esportiva Palmeiras. O CT do São Paulo foi cedido em Janeiro/1983, por 40 anos com contrapartida, que não foram cumpridas e, em dezembro/2021, a contrapartida da lei foi substituída por outra que prevê a construção de dois Centros de Educação Infantil - CEI, uma na região do Grajaú, outro em São Matheus. Essa obrigação deverá ser cumprida até Março/2023 salvo apresentação de justificativa. A área cedida ao CT do Palmeiras em Junho/1988 também por 40 anos e até o momento não tem tramitação de processos referente a renovação. **Sra. Jupira Cauhy**, reitera o pedido já formulado para correção das informações de CGPATRI no acompanhamento da LAP da OUCAB, sobre os prazos e cumprimento das contrapartidas da cessão de áreas públicas da OUCAB para empresas e a necessidade de pautar a discussão da gestão da OUCAB, que prevê a devolução das áreas públicas após a finalização dos 40 anos de cessão de uso para a SE Palmeiras e para o SPFC, áreas verdes que devem ser incorporadas ao parque do Setor A. **Sr. Marc Zablith**, concorda que os fatos apontados são relevantes. Os processos não tramitam pela SPUrbanismo para esclarecimentos do andamento. **Sr. Daniel Wasem Quesada,** apresenta uma imagem do perímetro previsto para o Projeto de Intervenção Urbana Polo Intermodal Barra Funda - PIU, que abarca o Setor H da OUCAB e áreas do entorno. **Sra. Jupira Cauhy**, manifesta que não considera que foi feita uma apresentação do projeto, pois foi feita apenas uma apresentação do perímetro e pede que a SP Urbanismo envie os documentos com informações ao Grupo de Gestão, para conhecimento e questionamentos, pedido de informações detalhadas reiterado pela **Sra. Severina Silva**, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, esclarece que o projeto do PIU ainda não foi concluído por isso não foram dadas maiores informações. **Sra. Jupira Cauhy** solicita que os documentos enviados na convocatória do Grupo de Gestão para as reuniões, sejam anexados ao e-mail de maneira mais simples, pois nem todos os integrantes conhecem ou dispõem de recursos para baixá-los por aplicativos ou nuvem. É apresentada a solicitação de representantes da sociedade civil para a retomada das reuniões presenciais, uma vez que as atuais reuniões virtuais pela plataforma *Microsoft Teams* impedem uma efetiva participação de alguns membros do grupo de gestão e de pessoas interessadas. **Sr. José Armênio de Brito Cruz** apresenta discordância entendendo que as reuniões presenciais ainda não são seguras. **Sra. Jupira Cauhy**, registra que não foram apresentadas as informações solicitadas sobre o andamento do processo de desapropriação do terreno da Rua Capitão Teixeira Nogueira. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, propõe encerrar a reunião. Não havendo manifestações em contrário, agradece pela presença e contribuições de todos, encerrando os trabalhos às 19h38.

Documento: 081230904 | **Ata**

SEI 7810.2020/0000114-9

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA BRANCA

Às 17h14min, do dia 17 de outubro de 2022, excepcionalmente por videoconferência, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, na qualidade de Coordenador do Grupo de Gestão, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia, em primeira chamada, a 28ª Reunião Extraordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB. Segue com a apresentação da pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; Ordem do Dia: I. Apresentação da proposta recebida para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção Urbana - PIU Polo Barra Funda. O PIU Polo Barra Funda tem sua origem em uma Manifestação de Interesse Privado (MIP), apresentada pela Companhia Metropolitana de São Paulo (METRÔ) e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Link da Consulta Pública sobre o PIU Polo Barra Funda. Informes: I. suspensão da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 2182422 - 74.2021.8.26.0000. **Sra. Mahryan Sampaio Rodrigues**, Assessora da Gerência de Gestão Participativa da São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo, faz a verificação de presença, constando os seguintes representantes: José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, na qualidade de Coordenador do Grupo de Gestão, iniciou a reunião às 17h12. Expediente: I) **Sra. Mahryan Sampaio Rodrigues**, Assessora da Gerência de Gestão Participativa da SPUrbanismo, fez a verificação de presença, constatando os seguintes representantes: José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL; Hugo Louro e Silva representante titular da São Paulo Urbanismo, Denise Maria Saliba Dias Gomes, representante suplente da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT; Erika Valdman, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA; Antônia Ribeiro Guglielmi, representante titular da São Paulo Obras - SPObras; Luciana Guimarães Moreira, representante titular de Entidades Profissionais, Acadêmicas ou de Pesquisa - IAB; Paula Freire Santoro, representante suplente de Entidades Profissionais, Acadêmicas ou de Pesquisa - FAU-USP; Beatriz Messeder Sanches, representante titular dos Empresários com Atuação na Região - ACSP; Jupira Aparecida Cauhy, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Marcia Ferreira da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Caio Boucinhas, representante suplente dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; No decorrer da reunião a Coordenação registrou, ainda, a presença dos seguintes representantes: Dulcinéia Pastrello, representante titular da ONG - Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Adriana Patrícia Bogajo, representante titular da ONG - Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Severina Ramos do Amaral da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana; Maria Elena Ferreira da Silva, representante titular da Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste e Celso Santos Carvalho, representante suplente dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana. Seguindo na Ordem do Dia para a apresentação da proposta de Desenvolvimento do Projeto de Intervenção Urbana - PIU Polo Barra Funda houve uma introdução feita pela **Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros**, Analista de Desenvolvimento da Gerência de Planejamento Urbano da São Paulo Urbanismo, esclarecendo que uma proposta de ente privado deve ser realizada por uma Manifestação de Interesse Privado (MIP) conforme artigo 8º do decreto 56.901/2016, cabendo a SPUrbanismo analisar tal propositura verificando sua viabilidade, informou que houve um protocolo de intenções via SEI nº 6066.2020/0002540-8, visando implementações de ações voltadas a confecção do Projeto Polo Intermodal Barra Funda pelo Metrô, tendo este a intenção de promover a ampliação e requalificação do terminal, a restruturação fundiária, do sistema viário e dos espaços público do entorno, sendo que de janeiro a junho de 2021 começaram as reuniões técnicas entre o Metrô e a SPUrbanismo, para abordar os pontos do projeto, em julho de 2021 houve a consolidação da MIP com um parecer favorável da UNESP proprietária de uma das áreas envolvidas neste processo, em setembro de 2021 houve a celebração de convênio, em uma reunião entre a CPTM e a SPUrbanismo, sendo que de setembro de 2021 a maio de 2022, com a participação dos atores deste entorno, restou a elaboração e assinatura do referido convênio, publicado em Diário Oficial em 28.05.2022 DOC. Informou que utilizou o setor "H" da OUC Água Branca, para diagnostico de análise do estudo de viabilidade, definindo um perímetro inicial para o estudo do PIU, informou que o Convênio, que é o documento posterior a proposta de intenções, tem como participes a Cia. do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, a Cia. de Trens Metropolitanos - CPTM, e a SPUrbanismo, com o objetivo de cooperação técnica para viabilidade do PIU Barra Funda, sendo este ato distinto do objetivo da etapa anterior, e que seu prazo de vigência é de 12 meses prorrogáveis até a elaboração de um documento jurídico a ser encaminhado ao poder executivo ou ao legislativo, estes atos estão registrados através dos SEI's 7810.2021/0001103-0 e 7810.2022/0000482-6. Esclarece que PIU Privado é diferente de PIU Público devido a origem dos recursos, para tanto deve haver aprovação através dos atores Públicos, observando todo o processo democrático e legal para tanto, neste convênio cabe a SPUrbanismo a análise técnica dos documentos, produzidos pelos demais atores (Metrô e CPTM), verificando a viabilidade e o interesse social do projeto, através da análise dos pareceres e estudos técnicos, que deverão ser feitos pelas Companhias, devido ser um PIU Privado, mesmo sendo similar, ambos PIU's, tem fluxograma distintos visto a participação popular deve ser concentrada, primordialmente, nos primeiros atos de propositura do projeto, discorreu sobre o fluxograma das atividades e informou que estão disponíveis, todas as informações, nos sites da transparência, terminada sua apresentação a **Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros** passou a palavra ao Sr. Luiz Antônio Cortez Ferreira, arquiteto do Metrô para apresentação da proposta do PIU, sendo que a **Sra. Jupira Cauhy,** representante dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana, pediu a palavra requerendo registrar que apesar do projeto datar de 2020 somente agora teve acesso as informações que são extensas, e devido a publicidade do processo ser falho requer a dilatação do prazo para estudos melhores e maiores esclarecimentos. **Sra. Paula Freire Santoro**, representante suplente de Entidades Profissionais Acadêmicas ou Pesquisa com Atuações Em Questões Urbanas e Ambientais, pediu esclarecimentos sobre PIU Público e Privado, por entende que PIU existe somente o Público, pediu esclarecimento sobre a participação do Gestão de Gestão nesse processo, salientou diversas dúvidas entre os processos serem públicos e não privados e qual seria o papel do grupo nesse processo em especial, a **Sra. Stela Da Dalt**, pediu, também, esclarecimento da diferença dos PIU's narrados e quais os interesses do público frente ao privado, A **Sra. Laisa Eleonora Marostica Stroher**, saúda a todos e pede esclarecimento sobre o gasto público com o estudo técnico obrigatório, a origem e destinos dos recursos envolvidos sendo eles públicos e privados, e por fim se existe exigência legal para realização do referido PIU, a **Sra. Carolina Heldt**, requereu esclarecimentos sobre a primeira fase da consulta pública e que vislumbra que houve uma não observância do interesse público, o **Sr. Caio Boucinhas**, representante suplente moradores ou trabalhadores do perímetro da operação urbana, disse que apesar dos conhecimentos do projeto, entende ser interessante fala de sua dificuldade de acesso as áreas, disse que muito se fala de mobilidade urbana e pouco de habitação, **Sr. José Armênio de Brito Cruz** pede a palavra e agradece a presença dos convidados, menciona sobre a dúvida do FUNDURB e explica que a SPUrbanismo é remunerada por este fundo, para os devidos estudos de territórios, por ser sua atribuição primária, , passada a palavra para **Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros**, passou a esclarecer que o decreto pede no mínimo 20 dias e por isso iria verificar o pedido de prorrogação, reafirmou quanto ao FUNDURB o já narrado pelo **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, e que a participação do Grupo de Gestão se dá pelo fato das intervenções serem feitas no âmbito da OUAB, que não existe utilização de fundos público e somente fundo privado, sendo regidos pela lei da operação urbana, sem utilização de outro instrumento legal a não ser os já existentes desde se verifique a necessidade e se faça adesão a proposta da operação urbana, com o acompanhamento do Gestão de Gestão, quanto a exigência legal do PIU se faz durante o estudo do projeto, se houver mudança de diretrizes precisa de projeto de lei, caso contrário somente um decreto de diretrizes, a **Sra. Jupira Cauhy** entende que o Gestão de Gestão tem um papel maior de participação, não sendo mero questionador que recebe informações do poder público, que gostaria após a apresentação, escutar as demais secretarias envolvidas quanto ao projeto para expor o que entende sobre o assunto e majorar a discussão; **Sr. José Armênio de Brito Cruz** entende que seria impossível, pois o processo está em seu início e que não se resolveria nesta reunião, pois se quer fora aprovado ainda, entende que após a apresentação é o início das tratativas, **Sr. Sergio Maranhão**, Gerente de Gestão Participativa da São Paulo Urbanismo, enaltece a participação de todos as contribuições, e requer, pelo adiantado da hora, que começasse a apresentação, após a apresentação de novos participantes recém integrados a reunião, O **Sr. Luiz Antônio Cortez Ferreira**, inicio sua apresentação, trazendo novos destaques, esclarece que as empresas públicas são independentes fazendo parte da administração indireta, que o processo já vem de longa data e que busca melhorias no setor do Polo Intermodal Barra Funda, com foco central na transposição de pedestres e ciclista, que precisa ser viável do ponto de vista financeiro e que serão custeados pelo Metrô e CPTM, que estas melhorias trariam desenvolvimento econômico para região e criação de empregos, esclareceu sobre as concessões e da impossibilidade de transferência para o setor imobiliário, por isso a intenção ser de intervenções não residenciais, apresentou alguns exemplos pelo mundo, já existentes, e afirma que a motivação maior seria a melhoria da interligação norte-sul para pedestres e ciclistas, rompendo barreiras da ferrovia e das ruas, além das condições para os veículos, dar visão ao Memorial da América Latina, respeitando o tombamento da região. O **Sr. Celso Santos Carvalho,** representante suplente dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana, pediu a palavra para opinar sobre a relevância da proposta e que obteve informações sobre os recursos que não serão onerados ao setor público, o tranquiliza quanto a viabilidade da proposta, e que observa que a região tem pouca oferta de residências para faixa de renda inferior a três salários, suscita a dúvida da necessidade do PIU para a implantação do projeto, **Sra. Paula Freire Santoro** solicita maiores esclarecimentos sobre o PIU e qual o interesse público que não ficou bem claro pois teve uma apresentação genérica, **Sra. Stela Da Dalt** reforça o já dito anteriormente e que o debate está prejudicado uma vez que o momento para intervenção publica é este, Sra. Jupira requer novo encontro para debate pois a reunião atingiu o teto de duração e existem inúmeras dúvidas já narradas por suas convidadas, **Sr. Luiz Antônio Cortez Ferreira** passa a responder as questões, contou das dificuldade de regularização das matriculas que jaz mais de quarenta anos e que as áreas não estavam abandonadas, que o PIU parece ser a via melhor para esta regularização e não sabe dizer se seria a única, que por ser concessão não vê possibilidades de uso residencial e a utilização comercial também atinge a função social e interesse público, e que estamos em fase de projeto não sendo o momento de dirimir todas as questões levantadas, **Sr. José Armênio de Brito Cruz** falou sobre o plano diretor de 2014 no artigo 134, que rege sobre a matéria que por si só já legitima a proposta, e que as contribuições de todos, a qualquer momento, ajudarão para o enriquecimento do projeto do PIU, **Sra. Jupira Cauhy** reiterou seu pedidos inicias, **Sr. José Armênio de Brito Cruz** e a **Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros**, esclarecem, que a proposta não é um projeto do poder público e sim uma consulta para viabilizar o PIU, observando o interesse público, seguindo a ordem do dia passou-se aos informe, sobre a suspensão da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº2182422-74.2021.8.26.0000; liberando a operação aos próximos passos da SPUrbanismo para formalização do leilão, **Sr. Hugo Louro e Silva** representante titular da São Paulo Urbanismo, informa que é o responsável pela realização de leilão e CEPAC na SPUrbanismo, e que com a suspensão da ADIN, irá publicar o EVF e que não há novas ações e sim atualizações do processo, **Marilú Moura Motta Postól,** Gerente de Orçamento, Controle de

Assinado digitalmente no padrão ICP-Brasil, nos termos do Decreto 62.177 de 24/02/2023, por ANGELO ANTONIO TIBURCIO MOTA - RF 727.806.3, em 13/04/2023 04:00.

Contratos e Avaliação Imobiliária da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo Cohab-SP -COHAB, passou o informe de COHAB sobre a licitação das HIS setor A1, e que não poderia se manifestar pois o processo estava suspenso pelos recursos apresentados, nada mais dito após os agradecimentos foi encerrada a reunião as 19h51.

Documento: 081230546 | **Ata**

SEI 7810.2020/0000114-9

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA BRANCA

Às 17h12, do dia 19 de setembro de 2022, excepcionalmente por videoconferência, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, na qualidade de Coordenador do Grupo de Gestão, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia, em primeira chamada, a 34ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB. Segue com a apresentação da pauta proposta: Expediente I. Verificação de Presença; II. Portaria de Nomeação SGM 212, de 19 de setembro de 2022 designa na qualidade de suplente do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca, como representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, o senhor FABIO CERIDONO FORTES; Portaria de Nomeação SGM 244, de 12 de agosto de 2022 designa na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca, como representantes da São Paulo Urbanismo, o senhor HUGO LOURO E SILVA e a senhora MARILENA FAJERSZTAJN; Portaria de Nomeação SGM 262, de 09 de setembro de 2022 designa na qualidade de suplente, para compor o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca, como representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, a senhora ROSANE CRISTINA GOMES; III. Leitura e Aprovação da ata da 33ª Reunião Ordinária (20/06/2022) do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Ordem do Dia: I. Aspectos Financeiros: a. Quadro Financeiro; b. Execução Orçamentária 2021; c. Execução Orçamentária 2022; II. Andamento das intervenções: a. Drenagem do Córrego Água Branca; Drenagem Complementar do Córrego Água Preta; Prolongamento da Av. Auro Soares de Moura Andrade; Ligação Viária Pirituba-Lapa; Subsetor A1; Levantamento do Patrimônio Cultural; III. Informes: a. Situação da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN Lei Municipal nº 17.561/2021. **Sra. Mahryan Rodrigues Sampaio,** Assessora da Gerência de Gestão Participativa da São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo, faz a verificação de presença, constando os seguintes representantes: José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL; Hugo Louro e Silva, representante titular da São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo; Patricia Maria Drago, representante suplente da Secretaria Municipal da Fazenda - SF; Lucia Noemi Simoni, representante suplente da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Fábio Ceridono Forte, representante suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras; Antônia Ribeiro Guglielmi, representante titular da São Paulo Obras - SP Obras; Alexandre Marques Nogueira Cobra, representante suplente da São Paulo Obras - SP Obras; Ana Carolina Pereira dos Santos, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Jupira Cauhy, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Dulcinea Pastrello, representante titular da ONG - Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Beatriz Messeder Sanches, representante suplente dos Empresários com Atuação na Região - ACSP. No decorrer da reunião, a Coordenação registrou ainda a presença dos seguintes representantes: Marina de Camargo Campos, representante titular da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB; Erika Valdman, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Denise Maria Saliba Dias Gomes, representante suplente da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito; Adriana Patrícia Bogajo, representante suplente da ONG - Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Severina R. A. da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro expandido da Operação Urbana. Seguindo para o item III do Expediente referente à aprovação da ata da 33ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca, realizada em 20 de junho de 2022. Após consulta aos presentes sobre correções a ata será apreciada na próxima reunião ordinária, tendo em vista pedido de reajustes. **Sra. Mahryan Sampaio Rodrigues**, Assessora da Gerência de Gestão Participativa da SPUrbanismo cumprimenta a todos e informa a verificação de presença e constatada a existência de quórum para o prosseguimento dos trabalhos. Informa que a aprovação da ATA 33ª Reunião Ordinária GGOUCAB aguarda sugestão de alteração. **Sra. Jupira Cauhy**, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana, solicita adiamento da aprovação da ATA por entender que a mesma está incompleta. Solicita que seja acrescentado nos informes temas enviados via chat e pede para iniciar o andamento das intervenções com o Subsetor A1. ORDEM DO DIA: I) **Sr. Odair Jose Marchetti Junior**, gerente financeiro da SPUrbanismo, cumprimenta a todos e apresenta o Quadro Financeiro referente ao saldo das Outorgas na Operação Urbana Água Branca (R$ 746.548.470), destacando a evolução no período de Abril/22 até Julho/22 (R$ 22.575.005) de receita financeira e investimentos (R$ 61.586) referente ao projeto executivo do prolongamento da Avenida Auro Soares de Moura Andrade. Saldo projetado executado até Julho/22 (R$ 170.749.477). Sra. Jupira Cauhy observa que o saldo de HIS apontado no quadro não está atualizado. Sr. Odair Jose Marchetti Junior, retoma a apresentação informando o saldo de CEPAC (R$ 134.517), referente a evolução financeira do valor disponível e destaca a atualização do saldo projetado (R$ 21.555) devido aos custos de registro do CEPAC quando ocorrer a liberação da ADIN. Destaca ainda no período o custo (R$ 93.882) referente ao projeto e gerenciamento técnico do Subsetor A1. Saldo em conta (R$ 4.325.445). Próximo quadro, Execução Orçamentária 2021, destaca o executado até 30/07 (R$ 215.113,37), data limite de restos a pagar. No próximo quadro apresenta a Execução Orçamentária de 2022, descriminado por área/obra, não mais por dotação como era apresentado anteriormente. Destaca o empenhado (R$ 5.473.500,79) e pagos até o momento (R$ 84.090,69). Esclarece que nessa apresentação não consta (R$ 1.400.091,21) referente a drenagem da Bacia do Córrego Água Branca por ter sua reserva realizada dia 01/09/2022 e o quadro é do executado até 29/08/2022. Seguindo a pauta, **Sra. Marilu Moura Motta Postól,** Gerente de Orçamento, Controle de Contratos e Avaliação Imobiliária da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB/DITEC/GORCT, apresenta o Andamento das Intervenções do Subsetor A1 que está em fase de licitação, as propostas estão sendo analisadas e o processo encaminhado para a Comissão de Licitação - COPEL. Foram quatro propostas recebidas e a melhor classificada ofereceu um desconto de 12,36%. A próxima etapa do processo é analisar a documentação de habilitação das empresas e a vencedora da licitação será publicado no Diário Oficial. Sra. Jupira Cauhy, solicita esclarecimentos do andamento do processo no Tribunal de Contas do Município - TCM, se tem algum questionamento pendente e qual impacto que pode ter no processo de licitação. Sra. Marilu Moura informa que COHAB encaminhou resposta ao TCM e não houveram mais questionamentos. Faltam alguns encaminhamentos que aguardam efetivação e que no decorrer do andamento serão disponibilizados. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, representante titular da São Paulo Obras - SP Obras, cumprimenta a todos e apresenta o Andamento das Intervenções: Drenagem do Córrego Água Branca; Drenagem Complementar do Córrego Água Preta; Prolongamento da Av. Auro de Moura Andrade e a Ligação Viária Pirituba-Lapa. Informa que o projeto está em andamento, CPTM e MRS liberaram parcialmente as áreas para levantamento de campo. Em paralelo, o Acordo Técnico já está concluído com o Governo do Estado com relação ao TIC, Linha 7 e 8 e as cláusulas do contrato desse convênio já estão sendo ajustadas com a Prefeitura de São Paulo. Informa também que os Estudos Ambientais já estão avançados, já foram feitos os serviços de campo, mas dependem da conclusão do Contrato de Projeto. Complementa destacando que em Junho/22 foram assinados os contratos da ata de registro de preços da SIURB para material expropriatório, já sendo disponibilizado conforme o avanço do projeto. Passa a apresentar as intervenções dos Córregos Sumaré e Água Preta e informa que toda parte técnica e compatibilização do traçado foram ajustados com o deslocamento da galeria que agora passa entre a Estação Pompeia e o SESC Pompéia. As plantas já estão sendo finalizadas e um convênio será contratado para a formalização do projeto e termo de referência para dar início a licitação do projeto. A previsão de início das obras é de um ano. Informa ainda que a licitação da intervenção do Córrego Água Branca já foi publicada em 02/08/2022 e aguarda ter boas propostas com bons descontos para ajudar no quadro financeiro da OUCAB. Da ligação viária Pirituba-Lapa aguarda ainda o laudo do perito que agora é acompanhado por um assistente técnico designado pela PGM, na expectativa de um retorno positivo para retomar as obras. Sra. **Erika Valdman**, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, cumprimenta a todos e solicita esclarecimentos se houve comunicado de licenciamento ambiental sobre o novo traçado dos Córregos Água Preta e Sumaré. Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi, esclarece que não foi comunicado ainda, mas o reporte junto a SVMA será feito quando o processo for finalizado. Sra. Jupira Cauhy relata que foi feito informe pela COHAB do Subsetor A1 e faltaram informações sobre os processos relacionados como licenciamento, desmobilização da CET e projetos básicos. Em relação a ligação viária Pirituba-Lapa solicita mais esclarecimentos sobre a retomada do projeto, se irá ocorrer após o laudo do perito. Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi informa que o contrato não está suspenso, mas o avanço técnico está vinculado a esse laudo. Sra. Jupira Cauhy pede esclarecimentos sobre a informação entregue no Ministério Público. Sr**.** José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, informa que as informações apresentadas ao MP são as mesmas apontadas nas reuniões do GGOUCAB. Os materiais apresentados no Grupo de Gestão são mais atualizados às que foram enviadas ao MP. Em relação a sua pergunta sobre à CET, não houve atualizações no período, uma empresa a ser contratada dará início a obra. Sra. Marilu Moura esclarece que parte do orçamento prevê a retirada de interferências do CET como a torre de água e a cabine de energia elétrica. Sra. Jupira Cauhy solicita uma reunião da Comissão Técnica do Subsetor A1 para um melhor entendimento de todo o processo não só das HIS. Sr**.** José Armênio de Brito Cruz, concorda e solicita junto a SPUrbanismo uma reunião técnica**. Sra. Severina R. A. da Silva**, representante titular dos Moradores/ Trabalhadores do Perímetro Expandido, destaca a importância de que a reunião técnica seja presencial. Sra. Jupira Cauhy solicita que se considere que nem todos os representantes da sociedade civil tem acesso a reunião virtual. Sr**.** José Armênio de Brito Cruz manifesta compreender e complementa informando que irá ver como a Gerência de Gestão Participativa da SPUrbanismo a possibilidade de a reunião técnica ser presencial. Próximo item da pauta das Intervenções a ser apresentado é o Levantamento Patrimonial Cultural, Sr**.** José Armênio de Brito Cruz relata apreensão com os recursos da CEPAC, informa que não tem informação concreta no momento. Sra. Jupira Cauhy relata preocupação com a deliberação de valores, a cada reunião surge uma nova reserva inviabilizando o planejamento orçamentário. Complementa que a decisão de prorrogar ou não o Levantamento Patrimonial Cultural deve ser discutido no GGOUCAB. Dando sequência com o item Ill.a) da Ordem do Dia, **Sr. Daniel Wasem Quesada**, Gerente Jurídico da SPUrbanismo, informa sobre a situação da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN, esclarece que o processo permanece em análise e a previsão é que ele seja reincluído na pauta de cronograma de julgamento para o dia 28/09/2022. No período foram negados dois pedidos de ingresso de terceiros no processo, aguardando somente a decisão final. A CMSP e a PGM apresentaram defesas por escrito que serão lidas pelos julgadores antes da decisão. Sra. Jupira Cauhy pede detalhamento da reserva de valor do EVF. Sr**.** José Armênio de Brito Cruz esclarece que aguarda a decisão da ADIN. O EVF está ligado diretamente ao ADIN, o prazo depende do período de análise do estudo. **Sr. Hugo louro e Silva**, representante titular da SPUrbanismo, complementa que a análise da valorização do CEPAC impacta no tempo, por isso aguarda-se a resolução da ADIN para um relatório mais assertivo. **Sr. Marc Bujnicki Zablith**, Assessor Jurídico da SPUrbanismo, cumprimenta a todos e manifesta esclarecimento sobre a informação do centro de treinamento do São Paulo Futebol Clube na reunião anterior, informando que a lei que autorizava a extensão de prazo de uso perdeu a vigência permanecendo a data de 11/01/2023 como fim da concessão. Sra. Jupira Cauhy solicita esclarecimentos da reforma emergencial, informa que os representantes tem feito reuniões com SEHAB e Diretoria de Obras buscando ajustar o termo de referência da contratação da 5ª etapa. Aguardam retorno da DTS-Centro com a validação do termo. **Sra. Marina de Camargo Campos**, representante titular da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, informa que além das reuniões, vistorias também foram feitas e chegou-se bem próximo as necessidades da comunidade. Será feita uma reunião com a técnica de referência e o conselho de Zona especial de Interesse Social - ZEIS para aprovação e acompanhamento das obras. Sra. Jupira Cauhy solicita informação o alinhamento viário da Rua Capitão Francisco Teixeira Nogueira e Rua Torres da Barra. Relata preocupação com a obra e pede agilidade de informação para a área. **Sr. Sergio Cordeiro de Andrade**, Gerente de Gestão Participativa da SPUrbanismo, informa que está em contato com CGPATRI e solicitando reunião para analisar a real situação do terreno e possibilidade de desapropriação. Sra. Jupira Cauhy solicita que a próxima reunião ordinária seja presencial devido à dificuldade de conexão de algumas pessoas da comunidade. Sra. Severina da Silva Souza, concorda com o colocado pela Sra. Jupira. **Sra. Ana Carolina**, registra via chat que solicita reunião presencial. Não havendo manifestações em contrário, **Sra.** Mahryan Rodrigues Sampaio agradece pela presença e contribuições de todos e encerra a reunião as 18h26.

Documento: 081231281 | **Ata**

SEI 7810.2020/0000114-9

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA BRANCA

Às 17h15, do dia 12 de dezembro de 2022, excepcionalmente por videoconferência, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, na qualidade de Coordenador do Grupo de Gestão, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia, em primeira chamada, a 35ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB. Segue com a apresentação da pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; II. Leitura e Aprovação da ata da 33ª Reunião Ordinária (20/06/2022) e da 34ª Reunião Ordinária (19/09/2022) do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca; Ordem do Dia: I. Aspectos Financeiros: a. Quadro Financeiro; b. Execução Orçamentária 2022; II. Andamento das intervenções: a. Drenagem do Córrego Água Branca; Drenagem Complementar do Córrego Água Preta; Prolongamento da Av. Auro Soares de Moura Andrade; Ligação Viária Pirituba-Lapa; Subsetor A1. III. Deliberação: Proposta de Calendário para as Reuniões Ordinárias do GG OUCAB em 2023. IV. Informes: a. Atualização de status sobre a publicação do EVEF. **Sr. Rafael Henrique de Oliveira,** Analista de Desenvolvimento da Gerência de Gestão Participativa da São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo, faz a verificação de presença, constando os seguintes representantes: José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL; Hugo Louro e Silva, representante titular da São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo; Fábio Ceridono Forte, representante suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras; Antônia Ribeiro Guglielmi, representante titular da São Paulo Obras - SP Obras; Adriana Patrícia Bogajo, representante suplente da ONG - Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Jupira Cauhy, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Beatriz Messeder Sanches, representante suplente dos Empresários com Atuação na Região - ACSP; Maria Elena Ferreira da Silva, representante titular da Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste; Marcia Ferreira da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Celso Santos Carvalho representante suplente dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana. No decorrer da reunião, a Coordenação registrou ainda a presença dos seguintes representantes: Lucas De Moraes Coelho, representante suplente da Secretaria Municipal das Subprefeituras; Marina de Camargo Campos, representante titular da Secretaria Municipal de Habitação; Severina R. A. da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro expandido da Operação Urbana. Seguindo para o item II do Expediente referente à aprovação das atas da 33ª Reunião Ordinária e da 34ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca serão apreciadas na próxima reunião ordinária, tendo em vista pedido de reajustes. Após consulta aos presentes sobre correções as atas serão apreciadas na próxima reunião ordinária,

Assinado digitalmente no padrão ICP-Brasil, nos termos do Decreto 62.177 de 24/02/2023, por ANGELO ANTONIO TIBURCIO MOTA - RF 727.806.3, em 13/04/2023 04:00.